

## OPINIÃO

A COR DO  
DINHEIRO

**CAMILO LOURENÇO**  
Analista de economia  
camilolourenco@gmail.com

## O PSD já não quer ser o PS? Boa notícia!

O congresso do PSD trouxe uma orientação nova ao partido pela mão de Luís Montenegro. A avaliar pelas palavras do novo líder, o PSD deixou de ser a muleta do Partido Socialista. Onde a direção anterior, liderada por Rui Rio, apresentava uma postura de disponibilidade permanente para acordos com o PS, sempre recusada por António Costa, agora aparece um partido com princípios e personalidade própria. E, mais importante do que isso, a consciência de que PSD e PS não defendem o mesmo modelo de economia. Numa palavra, se Luís Montenegro cumprir o que prometeu no

congresso, o PSD deixará de ser a muleta do PS, ideia que marcou o consulado de Rui Rio.

A nova orientação é suficiente para destronar o PS? Não. Montenegro vai ter de mostrar que tem garra para ser o líder da oposição e que consegue convencer os portugueses que a sua proposta é melhor do que a de António Costa. Mais: vai ter de demonstrar que os erros que cometeu no início da direção de Rui Rio (nomeadamente uma disputa interna pelo poder a destem-po...) foram um acidente de percurso.

Mas Montenegro tem do seu lado três

vantagens. A primeira é que se o PSD precisava de uma vacina contra a subalternização do PSD ao PS (que Cavaco Silva classificou recentemente de "humilhante"), ela surgiu com a derrota clamorosa nas últimas eleições. A segunda é que o consulado de António Costa pode não durar quatro anos: o episódio da guerra com Pedro Nuno Santos, num governo que ainda agora ganhou maioria absoluta, é mau sinal. A terceira é que António Costa está cada vez mais virado para o exterior. E os problemas resultantes desse "alheamento" face ao país começam a aparecer. ■

ACADEMIA E  
REALIDADE

**PEDRO BRINCA**  
Professor Auxiliar da Nova School  
of Business and Economics

## Somos a lanterna vermelha da literacia financeira na Europa

O aumento pronunciado da inflação sem que os rendimentos cresçam de igual forma leva necessariamente a uma quebra do poder de compra. E o pior é que para muitas famílias, as estatísticas oficiais de inflação nem sequer são uma boa medida da perda de poder de compra: a DECO em fevereiro avaliou o preço de um cabaz de bens essenciais, bens que têm um peso muito maior no orçamento das famílias mais desprotegidas. Entre fevereiro e junho, apenas quatro meses, o custo do cabaz aumentou cerca de 11%, bem mais do que os 3,7% oficiais para os últimos 12 meses.

A mais do que provável subida das taxas de juro irá encarecer o crédito, aumentando os encargos de quem é devedor líquido e também por aí contribuir para o apertar do cinto. Isto será especialmente problemático num país em que 92% das hipotecas no imobiliário são a taxa variável, mas que não terá variado nos últimos anos. Isto terá ajudado a que muitas famílias não se tenham habituado a criar uma folga nos seus orçamentos familiares precisamente para eventuais aumentos dos encargos com a

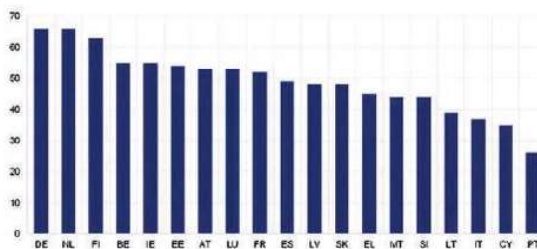


Figura 1 - Percentagem de pessoas que responderam corretamente a pelo menos três, de um total de 5, perguntas sobre conhecimentos de literacia financeira na S&P Global FinLit Survey.

prestação do crédito à habitação.

Os tempos que se seguem exigirão de todos, e não só dos portugueses, rigor e competência na gestão dos orçamentos familiares. Mas há um problema que nos atinge especialmente. Leora Klapper e Annamaria Lusardi publicaram um artigo - "Financial literacy and financial resilience: Evidence from around the world" - onde tentam perceber as competências de literacia financeira dos cidadãos de diferentes países. Para isso usaram dados relativos a cinco das perguntas do inquérito da S&P Global FinLit Survey. Estas cinco perguntas versam sob taxas de juro, juro composto, diversificação de risco e inflação, conceitos

cujos conhecimentos é determinante para decisões financeiras conscientes e responsáveis.

Os inquéritos mostram que as mulheres, adultos mais desfavorecidos e indivíduos com menor escolaridade têm piores resultados. Mas como se pode ver na Figura 1, dentro dos 19 países europeus que fazem parte da amostra, Portugal está na cauda da Europa, com menos de 30% dos indivíduos que participaram no inquérito a responderem corretamente a pelo menos três perguntas.

O ensino obrigatório tem, entre outras, como função capacitar os indivíduos a exercerem a sua cidadania de uma forma consciente e responsável. Mas

os programas escolares do ensino obrigatório têm hoje tanto conteúdo de literacia financeira quanto tinham em 1956 quando a quarta classe passou a ser obrigatória: zero.

Neste contexto convém deixar algumas sugestões que podem contribuir para sobreviver aos tempos duros que se avizinharam. Em primeiro lugar, para quem tem crédito à habitação a taxa variável, considerar renegociar o empréstimo para taxa fixa. Irá pagar inicialmente mais, mas funciona como um seguro: se as taxas de juro subirem muito no futuro, a pontas que tornassem o seu crédito incomportável, já estará protegido. Em segundo lugar, negociar um aumento da maturidade de empréstimos existentes, o que proporcionará um menor encargo mensal. Em terceiro lugar, para quem tem múltiplos créditos (automóvel, pessoal, cartões de crédito), a consolidação dos montantes em dívida num só empréstimo permite, regra geral, uma melhoria nas condições e liberta recursos preciosos em tempos difíceis. ■

A consolidação dos montantes em dívida num só empréstimo permite, regra geral, uma melhoria nas condições e liberta recursos preciosos em tempos difíceis.